

FORMAÇÃO CONTÍNUA NO MERCADO REGIONAL DE EMPREGO

RUI BAPTISTA *

* Assistente do 1º Triénio

A criação de valor é apontada como sendo o primeiro objectivo da actividade empresarial. Porém, tal objectivo exige das empresas capacidade de inovação e adaptação, em tempo útil, às novas realidades tecnológicas, económicas e sociais. Neste contexto de mudança o desenvolvimento dos recursos humanos é considerado como uma peça chave na estratégia global da empresa. O sucesso empresarial é cada vez mais dependente de novos conhecimentos e novas competências profissionais.

Assim, a formação profissional e a formação escolar são hoje consideradas factor fundamental da promoção do sucesso empresarial, da valorização das pessoas e do desenvolvimento sócio-económico pelo que na sociedade tanto a empresa como a escola se assumem como importantes instituições produtoras de conhecimento e como principais protagonistas dos processos de mudança. Esta mudança exige que os velhos conhecimentos tenham que ser permanentemente enriquecidos com a aquisição de novas competências profissionais.

A competitividade e a inovação empresarial surgem como reflexo da percepção das oportunidades e constrangimentos do mercado e dos saberes novos e tradicionais das pessoas ao serviço das empresas. Porém, no mercado regional de emprego têm sido detectadas lacunas susceptíveis de comprometer o desempenho das empresas e o seu futuro. Refere-se que a organização do trabalho é influenciada por relações hierárquicas muito marcadas pela predominância de formas precárias de emprego, fracas oportunidades de mobilidade profissional intra e intercategorias ao longo da vida activa e ainda muito dependentes das carreiras feitas mais nas empresas e menos no sistema de ensino-formação. Tal situação deve-se ao facto de um número significativo de jovens abandonar o sistema educativo sem diplomas e mais tarde essa situação é encarada como um fracasso pessoal uma vez que no mercado de trabalho essas pessoas não têm qualquer competência reconhecida. Por outro lado, um baixo nível de formação escolar da população que precocemente abandona os estudos pode comprometer o

desempenho das empresas e a satisfação da procura permanente de adaptação criativa na mudança socio-económica.

Porém, nem sempre, a precaridade do emprego e o "peso das relações hierárquicas" fomentam a passividade por parte das pessoas e das empresa, pelo que se acredita ser a formação contínua e qualificante susceptível de promover a valorização dos recursos humanos, aumentar o seu nível de empregabilidade, melhorar o nível de desempenho das empresas e assim promover a estabilidade do emprego. O desafio é assim compatibilizar a melhoria da competitividade e a qualidade do emprego. Para que tal seja possível, o sistema de formação escolar e/ou profissional deverá desempenhar um papel activo num determinado espaço territorial e influenciar a dinâmica de conjunto do sistema regional de emprego. O desafio que então se coloca é o de aproximar a formação oferecida no sistema de ensino às novas exigências da actividade empresarial. Tal desafio reclama uma nova relação escola/empresa já que o sucesso do ensino está cada vez mais dependente da realização pessoal e profissional dos humanos a quem se destina. Assim, afirma-se que nenhuma das instituições é capaz de desenvolver sozinha as competências necessárias à aptidão para o emprego pelo que será necessária cooperação e parceria.

Se é certo que as PME, pela sua ligação, em tempo real, aos clientes apresentam vantagens, principalmente nos mercados regionais e locais onde exercem actividade, a sua competitividade pode ser comprometida pelas limitações que a escassez de recursos impõe em matéria de formação contínua e qualificante dos seus quadros. Quando a formação se baseia, de forma exclusiva, na experiência, rapidamente as competências se tornam ultrapassadas e constituem factor de constrangimento na criação de valor.

A análise dinâmica do mercado regional de emprego pressupõe uma observação atenta da procura e oferta da formação e da (re)inserção dos formados no mercado de trabalho. O Curso de Gestão de Empresas (nocturno), pelo público alvo a que se destina, parece constituir um contributo positivo para a melhoria do desempenho das empresas em que os alunos já exercem a sua actividade e um importante factor de intensificação na desejada e necessária ligação escola-empresa. Assim, pretende-se dar conta de um estudo feito com base em elementos estatísticos disponíveis e entrevistas semi-estruturadas. Faz-se uma caracterização sumária da população e da amostra. Caracterizam-se a situação actual perante a actividade económica dos alunos entrevistados e das empresas em que exercem a sua actividade e das perspectivas de (novo) emprego e/ou de prosseguimento de estudos dos futuros bachareis em Gestão de Empresas.

1.- (RE)ESTRUTURAÇÃO DO CURSO E MATRÍCULAS

O curso entrou em funcionamento no ano lectivo de 1991/92, em regime pós- laboral, e é composto por oito semestres lectivos (1). Foi objecto de uma reestruturação no ano lectivo 1996/97 tendo em vista a sua adaptação às solicitações de interessados (2). A evolução do número de matrículas anuais pode ser analisada com base no quadro seguinte.

QUADRO 1

MATRÍCULAS NO CURSO

Anos lectivos	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97
Matrículas	49	96	115	139	161	173

Fonte: ESTV

A população matriculada conheceu aumento significativo, no entanto, mais acentuado nos primeiros anos de funcionamento do curso, sendo a taxa de crescimento anual média da ordem dos 29%.

QUADRO 2

ALUNOS POR ANOS DE FREQUÊNCIA

Anos do curso	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
Alunos	73	40	20	40	173
%	42,2	23,1	11,6	23,1	100

Fonte: ESTV

Dos alunos matriculados grande parte frequenta os primeiros anos e cerca de 19% são alunos finalistas do bacharelato.

2.- CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Foram entrevistados 60 alunos que correspondem a cerca de 35% dos alunos matriculados em diferentes anos do curso.

A distribuição etária da amostra é apresentada no quadro seguinte.

QUADRO 3

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA E POR SEXO DOS ALUNOS

sexos	H		M		HM	
	v. a.	%	v. a.	%	v.a.	%
Escalões de idades						
15 - 19	1	2,4	1	5,3	2	3,3
20 - 24	17	41,5	4	21,1	21	35
25 - 29	12	29,3	7	36,8	19	31,7
30 - 34	3	7,3	2	10,5	5	8,3
35 -39	3	7,3	3	15,8	6	10
40 - 44	4	9,8	2	10,5	6	10
45 - 49	1	2,4	-	-	1	1,7
TOTAIS	41	100	19	100	60	100

Fonte: Entrevistas

Como se pode observar 68% dos entrevistados são do sexo masculino. A idade média das pessoas entrevistadas situa-se nos 28 anos, para um amplo intervalo etário (35 anos), sendo que o estudante mais jovem tem 19 e o mais idoso 46 anos.

3.- SITUAÇÃO ACTUAL PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA

A actividade económica dos alunos é a que se reproduz no quadro seguinte (3).

QUADRO 4

ACTIVIDADES ECONÓMICA DOS ALUNOS

SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA	v.a.	%
Empregado	55	91,7
1. Patrão	1	1,8
2. Trabalhador por conta própria	4	7,3
3. Trabalhador familiar não remunerado	-	-
4. Trabalhador por conta de outrem	50	90,9
5. Membro de cooperativa	-	-
Desempregado	5	8,3
6. Procura 1º emprego		
7. Procura novo emprego	5	100
TOTAL	60	100

Fonte: Entrevistas

A análise do quadro revela, em primeiro lugar, que cerca de 92% dos estudantes se encontram empregados: destes, 91% são trabalhadores por conta de outrem e apenas 7% por conta própria. Em segundo lugar, dos 8% desempregados todos procuram novo emprego.

Os alunos a trabalhar, no concelho de Viseu, são cerca de 75%, noutros concelhos do distrito 20% e os restantes trabalham em distritos limítrofes.

Os ramos de actividade a que corresponde a ocupação principal dos estudantes são os que se reproduzem no quadro seguinte.

QUADRO 5

EMPREGADOS POR RAMOS DE ACTIVIDADE

RAMOS DE ACTIVIDADE	v. a.	%
1. Agricultura silvicultura e pecuária	1	1,8
2. Indústria extractiva	-	-
3. Indústria transformadora	15	27,3
4. Electricidade, gás, vapor e abastecimento água	5	9,1
5. Construção e obras públicas	3	5,4
6. Comércio e restaurantes e hotéis		
6.1. Comércio por grosso	6	11
6.2. Comércio a retalho	7	12,7
6.3. Restaurantes e hotéis		
7. Transportes, armazenagem e comunicações		
8. Banca, seguros, operações sobre imóveis, e serviços prestados às empresas	9	16,4
9. Serviços pessoais e à colectividade		
9.1 Administração central	5	9,1
9.2 Autarquias locais	3	5,4
9.3 IPSS e cooperativas	-	
9.4 Outras	1	1,8

TOTAL	55	100
-------	----	-----

Fonte: Entrevistas

As pessoas empregadas distribuem-se pelos diferentes ramos, sendo mais expressivo o número de empregados nos (sub)ramos a seguir indicados: indústria transformadora, comércio, banca, seguros, operações sobre imóveis, serviços prestados às empresas e serviços pessoais e à colectividade.

A única pessoa classificada como patrão exerce a actividade na indústria transformadora e os trabalhadores por conta própria prestam serviços a empresas.

4.- PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS E PESSOAIS

As perspectivas profissionais e pessoais dos futuros diplomados podem ser analisadas no quadro seguinte, havendo alunos que equacionam mais que um hipótese.

QUADRO 6

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS E PESSOAIS,

EM VALORES ABSOLUTOS

1. Continuar na mesma empresa	30
2. Mudar de trabalho	17
3. Prosseguir estudos	34
4. Passar a trabalhar por conta própria	10

Fonte: Entrevistas

Um número significativo (50% de alunos) afirma pretender continuar a trabalhar na mesma empresa, projectos de mudança são alimentados por 28% dos entrevistados, enquanto que 17% admite vir a trabalhar por conta própria ainda que em tempo parcial como técnicos oficiais de contas.

CONCLUSÃO

O perfil alunos entrevistados é o seguinte: indivíduos maioritariamente do sexo masculino, distribuídos por amplo intervalo etário, trabalhadores por conta de outrem ocupados em diferentes ramos de actividade económica.

A natureza do emprego de que se dispõe é tida como importante, quer na decisão de retomar os estudos, quer na criação de valor nas empresas em que os estudantes se encontram ligados. Salienta-se que mais de 80% trabalham por conta de outrem, o que deixa perceber que, em relação à amostra em causa, cerca de cinco dezenas de empresas (4) do Distrito de Viseu estão neste momento, a beneficiar da formação proporcionada pela ESTV aos alunos do curso em regime nocturno. A manter-se esta relação, para o conjunto do universo, entre nº de trabalhadores por conta de outrem e nº total de inquiridos, então, aquele nº de empresas subiria para mais de uma centena com actividade em diferentes ramos.

Os projectos de trabalho dos alunos do curso de Gestão de Empresas (regime nocturno) deixam antever a manutenção de uma estreita relação escola/empresa susceptível de assumir um papel importante no contexto do desenvolvimento regional. Esta convicção é de certo modo confirmada quando de analisam os projectos de prosseguimento de estudos dos entrevistados que em mais de 90% dos casos se orientam para a Licenciatura em Gestão de Empresas a ministrar no âmbito das actividades da ESTV.

A promoção de formação qualificante na vida activa e do sucesso da actividade empresarial parecem, no contexto regional, poder contar com este contributo, já que as aprendizagens, em contexto de trabalho, são hoje entendidas factor activo de desenvolvimento socio-económico na melhoria do desempenho das empresas e na qualificação para (novo)emprego.

BIBLIOGRAFIA

Comissão das Comunidades Europeias	1994	Livro Branco sobre a Educação e a Formação, Com(95) 590, Bruxelas.
Lima, Pedro	1991	"Classificação de profissões nos Censos 91", Sociologia. Problemas e Práticas, nº 10, pp. 43-66.
Rodrigues, Maria João; Lima, Marinús Pires	1990	"Trabalho, emprego e transformações sociais em Portugal: trajectórias e dilemas do seu estudo", Lisboa, Análise Social, nº 95, pp. 119-143.
Rodrigues, Maria João	1994	Competitividade e Recursos Humanos, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Notas:

1 O curso havia sido criado pela Portaria nº 875/91 de 24 de Agosto que, ao mesmo tempo, reformula a estrutura curricular do Curso de Bacharelato em Gestão (regime diurno).

2 A reestruturação vigora a partir do ano lectivo de 1996/97. O curso passou a ser designado Gestão de Empresas, sendo aprovado um novo plano de estudos, conforme Portaria 720/96 de 10 de Dezembro.

3 Este quadro foi construído com base nos grupos sócioeconómicos (GSE) utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no Censo de 1991, cujos pressupostos de construção se encontram apresentados em Lima (1991).

4 Considerando, naturalmente, que não haverá mais de um aluno por empresa.